

# **MUSA**

**museus, arqueologia & outros patrimónios**

**Volume 4  
Setúbal 2014**

**FIDS & MAEDS  
Autarquias do Distrito de Setúbal**

# O museu como ponto de chegada e de partida

ANTÓNIO MAIA NABAIS \*

## RESUMO

O museu é um ponto de chegada e de partida, onde o passado, o presente e o futuro coabitam.

Sente-se cada vez mais a necessidade de preservar o património cultural, colocando-o ao serviço do desenvolvimento do cidadão. No campo cultural, social e económico, o museu ocupa um espaço especial, desde que execute as suas funções com rigor museológico, através da investigação, do inventário e registo, da conservação e da comunicação adequada às necessidades atuais, porque a verdadeira instituição museológica é uma lição que se adequa aos públicos contemporâneos. Esta preocupação foi constante na história da museologia portuguesa, como manifestaram vários especialistas do património cultural, desde o século XVIII até à atualidade (Sousa Viterbo, Ramalho Ortigão, Joaquim de Vasconcelos, J. Leite Vasconcelos, João Couto, Ernesto Veiga de Oliveira, entre outros).

A ruína de muitos museus deve-se à falta de profissionais e a comportamentos de favoritismos das tutelas que se preocupam mais em mudanças das designações dos organismos e em esvaziamento dos serviços dos museus, como se verificou a partir da última década do século XX.

Apesar de tudo, existem, hoje, autarquias, associações e famílias, em várias partes do território nacional, a trabalhar com rigor e qualidade na conservação e divulgação do património cultural, com o objetivo de preservar a identidade local num mundo global, servindo, ao mesmo tempo, as comunidades locais e o turismo, sector económico que necessita extraordinariamente do património, como já, no século XIX, Alexandre Herculano tornava público.

Os museus continuam a ser centros de educação e instrução do público, e instituições que promovem o desenvolvimento, desde que o objeto e as coleções sejam comunicadas sob um olhar contemporâneo, embora contextualizadas na época em que foram criadas e utilizadas.

## ABSTRACT

Museums are a point of arrival and departure, where past, present and future coexist.

There is a general awareness of the need to preserve the cultural heritage, using it for the welfare of the public.

In the cultural, social and economic fields, museums occupy a special space since they execute their functions with museological expertise, throughout the adaptation of research, inventory, conservation and communication to the current needs. Museums are institutions that play an important role in teaching and giving access to culture for the public. This concept has been a permanent goal in the history of the Portuguese museology therefore many scholars have specialized in cultural heritage and have been pursuing it since the eighteenth century (Sousa Viterbo, Ramalho Ortigão, Joaquim de Vasconcelos, J. Leite Vasconcelos, João Couto, Ernesto Veiga de Oliveira among others).

In the last decade of the twentieth century, the decline of many museums is due to the lack of professionals and institutional politics that are more preoccupied with bureaucratic changes than with a real upgrade.

Although, there are municipalities, private associations and families in many regions of the country that have developed good skills in conserving their heritage with the aim of preserving local identity in a globalized world. At the same time they are promoting cultural tourism. Alexandre Herculano had already noted that the contribution of cultural heritage was essential for tourism.

The museums will continue to be educational centres for the public, promoting social development, if their collections are presented in an attractive, contemporary way. Besides their objects must be well integrated within the chronological, geographical and functional context of their origin.



Fig. 1 - Museu da Construção Naval dos Descobrimentos no Estaleiro de Jaime Costa, em Sarilhos Pequenos, no concelho da Moita.

\* Museólogo e historiador.



Fig. 2 - Estela funerária medieval com representação de arado. Museu Municipal da Abela.



Fig. 3 - Máquina fotográfica de António Ramos e a filha Fátima que ofereceu este objeto com muito afeto ao Museu de Almofala.

O projeto de um museu compreende o passado, o presente e constrói o futuro. O museu, como instituição humana, é dinâmico e prepara um futuro melhor para o cidadão. Ao mesmo tempo preserva uma herança que é para perdurar e criar mais riqueza, porque como define o ICOM “Os museus são instituições permanentes, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento...” Apesar de existir uma história da prática museológica e de conhecimentos especializados sobre a museologia, ainda temos muitos museus que não passam de armazéns, mais ou menos organizados. Predomina o conceito de recolher e de expor, sem qualquer preocupação museológica, ou seja, de seguir as normas de investigação, de conservação e de inventariação para apresentar o objeto no seu contexto histórico, criativo e funcional. De qualquer modo existe uma forte preocupação de salvar os objetos do passado. Muitos portugueses guardam nos sótãos e nas arrecadações as antiguidades, desde as obras de arte até aos objetos de uso quotidiano e instrumentos de trabalho: uns continuam fechados nos armazéns, outros são organizados para se apresentar ao público sem qualquer intervenção museológica.

Uma das funções do museu é a incorporação. Verificamos, porém, que não é essa a prática de grande parte dos museus. Como já afirmava J. Leite de Vasconcelos na segunda década do século XX, o contemporâneo também deve ser apresentado no museu: “Destinando-se o Museu Etnológico à educação e instrução do público, pela apresentação permanente de documentos que ou se referem ao viver do nosso povo, na sua fase atual, ou das gerações que nos precederam...” (Vasconcelos, 1917) Esta visão de incorporar o objeto contemporâneo no museu é uma preocupação que faz parte da história da museologia portuguesa. Em 1870, o “Relatório e parecer da comissão encarregada de estudar as melhores bases do estabelecimento do ensino agrícola em Portugal, da Real Associação Central da Agricultura Portuguesa”, propõe a constituição “de museu de aparelhos agrícolas modernos, e os modelos mais característicos.” De facto, todo o museu deverá fazer a ponte entre o passado e o presente para que se possa compreender melhor o momento atual e garantir uma continuidade cultural associada às inovações e às novas tecnologias para construir um futuro de qualidade para o cidadão.

Muitos museus não prestam um serviço público, porque não aplicam a museologia como ciência dos museus e do património cultural. Não basta fazer uma exposição, como qualquer cidadão faz em suas casas ao distribuir as suas recordações pelos diferentes compartimentos, embora muitas destas possam interpretar a história de famílias. A exposição de um museu não é a decoração de um espaço. Por outro lado, um museu



Fig. 4 - Moagem e equipamentos em fase de restauro e musealização do futuro Museu da Farinha, em S. Domingos, concelho de Santiago do Cacém.

não se reduz às exposições. Para prestar um serviço adequado à comunidade, um profissional da museologia necessita de formação adequada para o exercício das múltiplas atividades que lhe são exigidas. Somente um museólogo, profissionalmente capacitado, por meio de uma formação específica e qualificada, pode exercer plenamente a sua função numa unidade museológica, prestando um serviço público que corresponda às necessidades dos cidadãos.

Portugal, país rico de história e de património cultural, não tem sabido aproveitar essa herança para servir a comunidade. Tem vivido de amadorismos e oportunismos, não sabendo aproveitar os recursos culturais, porque em muitos casos recorre-se ao improviso. Quantos museus em Portugal têm museólogos? Os museus portugueses estão vazios de museólogos (imagine-se um hospital sem médicos e sem enfermeiros!). O alerta que Joaquim de Vasconcelos, no século XIX, colocava em relação à problemática museológica em Portugal ainda hoje é actual: “Os poucos museus que temos não preenchem o seu fim, porque são incompletos e formaram-se de restos antigos, sem plano, sem método, sem um fim especial, prático; servem hoje apenas para deleite dos olhos; não satisfazem, no mais mínimo, o sentimento estético, porque neles se acham aglomerados e colocados, promiscuamente, que destoam um dos outros” (Vasconcelos, 1877, p. 20). Ou então, como, em 1922, no discurso da inauguração do Museu da Cidade de Lisboa, Gustavo de Matos Sequeira entendia um museu local ou regional como um espaço onde o “passado se venere, não como ídolo de jaculatórias estéreis, nem

como simples matéria contemplativa, o que é deletério e doentio e significa retrocesso, mas como fonte de energias condensadas e como manancial inesgotável de civismo, de amor pátrio, e de intensíssima confiança em nós mesmos...”

A cultura é um instrumento indispensável para o desenvolvimento e crescimento do sector económico. A partir do conhecimento dos valores culturais alicerça-se melhor o presente e cria-se um futuro com estruturas sólidas. A herança cultural dá lições para todos os campos do saber: “O museu, sendo o melhor livro do povo, precisa ser um livro que se possa ler bem e rapidamente, apresentando, num relance, sínteses que orientem e instruem. E é um livro que precisa estar à mão na cidade onde se habita ou no centro da região a que a sua aldeia pertença” (Lemos, 1931, p. 192).

Verificamos que ainda hoje os museus não são procurados como instituições que prestam serviços necessários para o desenvolvimento da comunidade. Não basta dizer que o museu tem objetos raros e artísticos. É necessário tornar os objetos museológicos (bens móveis ou imóveis) acessíveis aos diferentes públicos, enquadrando-os no tempo e espaço: o autor ou o artista, quer seja uma obra arqueológica quer seja um trabalho de um pintor, escultor, fotógrafo, oleiro, ferreiro, marceneiro, arquiteto, pedreiro, engenheiro... Não basta uma legenda.

Os monumentos, os sítios históricos e os museus são fatores de desenvolvimento económico, social e cultural: o turismo associado ao património cultural favorece o crescimento em múltiplos sectores da atividade humana. Mas a cultura, vetor de crescimento





Fig. 5 - Embarcação ribeirinha de fundo plano (bateira) e apetrechos náuticos do Museu Etnográfico do Rancho Folclórico da Ribeira de Santarém.



Fig. 6 - Um aspecto do Museu do Campo Fernando Peralta (Santarém), vendo-se em primeiro plano um tractor, e ao fundo uma debulhadora.



Fig. 7 - Adega dos anos 20 em processo de musealização, destinada à instalação do Museu do Calendário Agrícola.

e de bem estar coletivo, não é considerada pelos (des) governantes portugueses dos últimos tempos. Ignoram os museus; desprezam os monumentos; desconhecem que a ciência económica reconhece perfeitamente o papel determinante da cultura em todos os processos de desenvolvimento e crescimento. Têm desprezado o nosso património cultural, tesouro que herdámos, desde há séculos, e foram resistindo até à atualidade. Ignoram que a cultura é a primeira das riquezas, o primeiro recurso humano: investir na cultura constitui um ato de fé no futuro (Dupuis, 1991).

Na década de oitenta do século XX assistiu-se a uma nova postura perante o património cultural através de uma ação concertada do IPPC (Instituto Português do Património Cultural), do trabalho autárquico e do movimento associativo. Não havia muitos recursos financeiros, mas realizaram-se intervenções nos diferentes domínios do património cultural em todo o território nacional: formação dos profissionais dos museus e monumentos (cursos para conservadores de museu e para técnicos auxiliares de museografia, colóquios...), investigação, restauro e conservação, incorporação de bens (ex. aquisição e restauro do Mosteiro de Tibães), revitalização de museus das Assembleias Distritais, ficando alguns sob a tutela do Estado; coordenação regional através dos museus coordenadores; apoio técnico aos museus locais, públicos e privados; os museus, palácios, castelos, catedrais e sítios arqueológicos estavam sob a mesma tutela (Departamento de Museus do IPPC), permitindo uma melhor articulação entre todas as áreas do património cultural através dos diferentes Departamentos que dependiam do mesmo Instituto e uma gestão financeira equilibrada, porque envolvia menos custos financeiros do que a criação de vários institutos como veio a suceder a partir da última década do século XX<sup>1</sup>; o envolvimento da comunidade local: autarquias, associações, paróquias, empresas (Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, Ecomuseu Municipal do Seixal, Museu de Mértola, Municipal de Escalhão, Vera Cruz de Marmelar, Aldeia da Ponte... Museu de S. Braz de Alportel, Museu...).

A partir do início da década de noventa do século passado verificam-se as grandes despesas dirigidas para alguns projetos, abandonando e ignorando as funções do museu e o papel do património cultural no desenvolvimento da sociedade: criaram-se vários Institutos (atrás citados), resultando mais encargos

1 - Atenda-se à criação do IPM - Instituto Português de Museus, o IPPAR - Instituto Português do Património Arquitetónico, o IPA - Instituto Português de Arqueologia, o ICR - Instituto e Conservação e Restauro, o IGESPAR - Instituto de Gestão de Património Arquitetónico e Arqueológico, o IMC - Instituto de Museus e Conservação e a política da construção de grandes edifícios (Museu de Arte de Foz Côa, novo edifício para o Museu Nacional dos Coches...)



Fig. 8 - Portas de Ródão, vistas do Fratel.

para serviços e não foram mais eficazes que os organismos anteriores, nomeadamente o IPPC; deu-se menos importância aos museus das capitais de distrito e às coleções de arqueologia e de etnologia; abandonaram-se museus da tutela do Estado (Museu D. Lopo de Almeida e Museu de Leiria); esqueceram-se projetos (Museu Nacional de Arqueologia, Museu Dr. Joaquim Manso, na Nazaré...); assistiu-se passivamente à degradação de museus (Museu de Arte Popular, Museu Nacional do Traje, Museu de Etnologia do Porto...); fizeram-se projetos de requalificação que não resolveram todos os problemas de espaços e de custos de operação (sustentabilidade); presentemente, criaram-se Direções, Geral e Regionais, sem recursos humanos especializados e financeiros. Para muitos dirigentes só interessam os nomes sonantes.

Existem, hoje, soluções, tais como: seguir estratégias do início da década de oitenta do século passado (aproveitando as experiências e saberes herdados, nomeadamente de João Couto, Ernesto Veiga de Oliveira, entre outros); fazer um diagnóstico da atual situação do património cultural; envolver a comunidade nos projetos do património cultural: estabelecimentos de ensino, igrejas, autarquias, associações, turismo, hotelaria, restauração, agências de turismo...; colocar profissionais do património cultural à frente dos vários organismos; preservar e valorizar o património cultural existente, sem recorrer, de imediato, a grandes despesas; criar itinerários culturais, com boa sinalética (é necessário sair da indecisão e investir através de uma verdadeira estratégia de sinalização); criar lojas atraentes com produtos do museu e da região onde está inserido (o museu assim divulga a produção local, promovendo efeitos económicos e sociais); fa-



Fig. 9 - Vila Velha de Rodão (Núcleo do Lagar de Varas).

zer protocolos com produtores locais que garantam a qualidade. Ao mesmo tempo, é necessário criar redes eficazes, porque estar em rede permite:

- prestação de melhor serviço ao cidadão local, ao turista e ao visitante, em geral;
- criação de laços e de conhecimentos: os parceiros da rede conhecem-se e dão-se a conhecer;
- divulgação eficaz dos bens e serviços culturais do município, da região e do país;
- gestão mais económica dos recursos humanos e financeiros: sintonia e aproveitamentos de recursos;
- otimização dos recursos humanos, financeiros e logísticos;
- maior visibilidade dos bens culturais existentes;
- criação de compromissos, interajuda e cooperação;
- partilha de informações;
- criação de múltiplas formas de intercâmbio e interação;
- intervenção descentralizada e integrada;
- criação de parcerias com empresas turísticas, associações culturais, museus, monumentos e sítios, estabelecimentos de ensino, organismos públicos e privados, etc...

Entende-se uma rede não centralizada, mas “distribuída” (Paul Baran) ou na horizontal, onde todos os parceiros têm um papel a desempenhar, sem que a exclusão ou saída de um afete significativamente a estrutura da rede. Os serviços da cultura e do turismo devem estar sempre em rede.

A preservação do património cultural permite não só salvar bens culturais e naturais, como recuperar espaços de convívio e de conhecimento e, ao mes-



Fig. 10 - Perais (Núcleo do Contrabando).



Fig. 11 - Sarnadas (Núcleo do Lagar de Azeite).

mo tempo, desenvolver várias atividades de carácter didático-cultural. O património cultural é dinâmico, porque a coexistência do passado e do presente é saudável para o desenvolvimento da sociedade, criando meios para um futuro que seja cada vez mais próspero. A reabilitação do passado não se reduz à cópia e réplica, mas à criatividade e inovação sem destruir a memória: “O património cultural encarado numa perspectiva de desenvolvimento económico permite não só a salvaguarda das identidades, das memórias e patrimónios, como também a da criação de riqueza, através da instalação de indústrias e microempresas culturais associadas às atividades do museu (oficinas de restauro, tipografias, oficinas de reproduções, lojas, etc.), da atração turística e da indução de atividades produtivas a montante e a jusante (empresas de produção de equipamentos e de elementos museográficos, restauração e hotelaria, indústrias tradicionais, artesanato, etc.)” (Nabais, 2002, p. 208)

Musealizar para quê? Para preservar as nossas heranças culturais, riquezas que promovem o desenvolvimento em diferentes direções, tais como: melhor conhecimento do presente para preparar o futuro, preservação da identidade, educação, criatividade, atração turística. A musealização é um instrumento essencial para se obter um novo olhar sobre o património cultural. Após as experiências e saberes adquiridos nos últimos dois séculos no campo da museologia não se pode aceitar práticas de amadorismos que se vão permitindo no nosso país, mesmo em museus de âmbito nacional. Apesar da existência de muitos mestres, desde Alexandre Herculano, no século XIX, até Magalhães Godinho, no último quartel do séc. XX,

ensinarem sobre a importância do nosso património, “É certo que entre nós impera a ideia de que o Português consagra excessivo tempo a debruçar-se sobre o que já decorreu e não contempla com minúcia o tempo que vive nem planeia com alicerces o que há que fazer. Erro profundo, se não fatal. Poucos povos há que menos se interessem pelo seu passado e pelo legado que receberam, que os estudem cientificamente; o passado português tem sido tema de retórica, e, mistificado ao sabor das seitas, tem servido de arma de propaganda. Mas obras culturais jazem ao abandono, a esboroar-se, os nossos velhos papéis são queimados ou deitados para o lixo, os nossos arquivos e museus só abrigam pequena parte do nosso espólio, e tanta vez desarrumado, não catalogado, a ser comido pelos vermes ou a consumir-se no desprezo, inacessível a uma investigação sistemática e exigente. A maior parte – o esmagador número – dos aspetos da nossa vida nacional nunca foram sequer aflorados, ou apenas incidentalmente.” (Magalhães Godinho, 1976, p. 2 e 3).

Assiste-se ao desaparecimento da paisagem cultural tradicional dos montes e colinas (ermidas, fortificações, moinhos de vento, muros apiários...), dos vales e margens dos rios (portos ou portinhos, caminhos da sirga, lagares de azeite, azenhas...). Assiste-se a uma morte acelerada destes bens culturais, porque deixaram de ter a sua função inicial e não tiveram novas utilizações. De qualquer modo, muitas iniciativas quer de autarquias, quer de entidades privadas, têm valorizado este património rural de grande significado para as comunidades locais e de elevado interesse para o desenvolvimento do turismo. Sem modelos





Fig. 12 - Foz do Cobreão (Núcleo do Linho e Tecelagem).



Fig.13 - Fratrel (Núcleo da Comunidade Rural).

rígidos criaram medidas eficazes através da musealização dos bens culturais para preservar e devolver as heranças patrimoniais à comunidade, promovendo o desenvolvimento social, cultural e económico.

Na presente década, surgiram várias experiências promovidas por autarquias e instituições privadas, tais como: Museu da Abela, no Concelho de Santiago do Cacém, que oferece uma página importante da atividade agrícola no Alentejo; Museu de Almofala, no concelho de Figueiró dos Vinhos, unidade museológica onde uma aldeia está representada através de objetos e conteúdos criados ou utilizados nas múltiplas atividades económicas da região; Museu da Farinha (em construção), em S. Domingos, concelho de Santiago do Cacém, que marca um período importante da moagem em Portugal; Museu Etnográfico do Rancho Folclórico da Ribeira de Santarém que oferece coleções dos instrumentos de trabalho na lezíria ribatejana e no rio Tejo; Museu do Campo Fernando Peralta, na Póvoa da Isenta, concelho de Santarém, dedicado à mecanização agrícola; Museu do Calendário Agrícola, da Família Malfeito Ferreira e do Rancho Folclórico de Benfica do Ribatejo (em construção), instalado numa adega dos anos 20 do século XX, e que nos oferece uma síntese da vida do campo do Ribatejo ao longo do ano; Núcleos Museológicos do município de Vila Velha de Ródão integram um museu descentralizado, levando o visitante a descobrir um território com uma paisagem cultural muito diversificada.

A preservação e reconversão de sítios, de monumentos, de instalação de unidades museológicas temáticas e descentralizadas enriquece as freguesias, os municípios e as regiões, enfim o país, porque se

transformam em espaços didáticos e polos de atração turística. Deste modo valorizam-se e divulgam-se os produtos locais - “produtos derivados”: “Ora, o património, sob todos os aspetos, é uma mina de produtos derivados existentes ou potenciais, que formam um recurso económico anexo, mas não negligenciável.” (Varine, 2012, p. 220). Neste contexto, em Vila Velha de Ródão, a Câmara Municipal assumiu a gestão e funcionamento de diferentes unidades museológicas distribuídas por todas as freguesias do concelho – V. V. de Ródão (Núcleo do Lagar de Varas), Perais (Núcleo do Contrabando), Sarnadas (Núcleo do Lagar de Azeite), Foz do Cobreão (Núcleo do Linho e Tecelagem), Fratrel (Núcleo da Comunidade Rural) - constituídas para a preservação do património de forma descentralizada, garantindo a participação ativa das comunidades locais e o acesso dos turistas a todo o território do concelho. O projeto desenvolve todas as atividades museológicas: investigação sobre a paisagem cultural e a vida rural, nomeadamente sobre a produção do azeite e do linho; incorporação de objetos e preservação ‘in situ’ de testemunhos pré-históricos (arte rupestre...) e históricos; inventariação do património rural; registo da literatura oral referente à vida no campo, no olival, no lagar de azeite; conservação e segurança; comunicação (percursos expositivos, publicações - roteiros, desdobrável, site); carácter pedagógico, nomeadamente na formação em tecelagem, na trapologia, na cerâmica... utilizando as técnicas tradicionais, mas promovendo a criatividade dos artistas contemporâneos. Os estudos e a inventariação, nomeadamente dos saberes fazer, permitem não só o registo, como também a continuidade de profissões



tradicionais, através da valorização que lhes é dada pela musealização. Este tipo de ações museológicas tem impacto nos órgãos de comunicação social, no meio escolar, na comunidade regional e no turismo. Também contribui para a compreensão dos vários processos da atividade agrícola e agroindustrial e das indústrias tradicionais que lhe estavam associadas.

Este conceito de museu descentralizado com estas características permite oferecer uma paisagem cultural diversificada entre dois rios (Tejo e Ocreza) e visitar exposições temáticas que ajudam a compreender o património cultural de todo o território: desde a arte rupestre até ao fabrico do azeite, ao contrabando, à produção do linho, à tecelagem, à utilização de vários tipos de transportes terrestres e fluviais. A função deste percurso museológico permite a promoção do turismo e a valorização da paisagem cultural. A atração turística motivada por este tipo de prática museológica dará uma nova visibilidade ao local e à região onde se situa, permitindo o consumo de produtos e a utilização de serviços locais. A restauração e o artesanato serão reforçados com a existência deste percurso museológico que cobre todo o território do concelho. Outros monumentos e museus da região são beneficiados, porque esta tipologia museológica complementa outras áreas existentes do património artístico e etnográfico. Favorece a criação ou manutenção de postos de trabalho ao recorrer a empresas que contribuem para o restauro de máquinas e instrumentos do acervo destas unidades museológicas. Promove a gastronomia local e regional. Será um ponto de encontro dos habitantes das freguesias deste concelho.

Para terminar esta reflexão sobre a musealização dos valores culturais reproduzem-se palavras da lição de Jorge Henrique Pais da Silva “Ter o Pretérito Presente para assegurar o Futuro do Pretérito”, que nos deixou como testamento lições ainda atuais sobre património cultural: “Uma ação cultural autenticamente humanista, como deverá ser o esforço de salvar os testemunhos materiais das gerações passadas para deles usufruirmos plenamente e os transmitirmos aos vindouros, há-de ter, pois, como destinatários potenciais toda a espécie humana, seja qual for a latitude onde se opera tal ação e a dimensão da mensagem espiritual contida nos objetos preservados. Cada gesto sentido nessa ação, por modesta que pareça, será sempre fautor de paz.” (Pais da Silva, p. 34)

O museu tem de prestar um serviço aos diferentes públicos. Para que um museu ou unidade museológica possa conseguir este desiderato, precisa de ter uma equipa com uma sólida instrução técnica, à custa de alguns anos de trabalho, uma vontade de ferro, uma inteligência lúcida e atenta aos interesses da comunidade local. Mãos à obra!



Fig. 14 - Museu da Construção Naval dos Descobrimentos no Estaleiro de Jaime Costa, em Sarilhos Pequenos, no concelho da Moita, em organização.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DUPUIS, X. (1991) – *Culture et développement. De la reconnaissance à l'évaluation*. Paris: UNESCO.

MAGALHÃES GODINHO, V. (1976) – *Revista de História Económica e Social*, 1.

LEMOS, Á. V. de. (1931) – Museus e bibliotecas regionais e populares. *IV Congresso e Exposição Regional das Beiras*. Vila Nova de Famalicão: Tipografia Minerva.

NABAIS, A. (2000) – Ecomuseu Municipal do Seixal – Génese e Desenvolvimento. *Almadan*, 9. Almada: Centro de Arqueologia de Almada.

NABAIS, A. (2002) – Museus e Desenvolvimento. *Museos: construindo a comunidade, VII Coloquio Galego de Museos*. Santiago de Compostela: Consello Galego de Museos.

SILVA, J. H. P. da (1975) – *Pretérito Presente*. Lisboa, Comissão Organizadora da Campanha Nacional para a Defesa do Património.

RIBEIRO, V. (1910) – *Influência da tradição monumental e local no desenvolvimento do “turismo” no país*. Memória apresentada pela Real Associação dos Arqueólogos Portugueses no Grande Congresso Nacional. Lisboa: Casa da Moeda.

VARINE, H. de (2012) – *As Raízes do Futuro*. Porto Alegre: Editora Medianiz, Ltda.

VASCONCELOS, J. L. de (1877) – *A Reforma de Belas Artes*. Porto: Imprensa Literário-Comercial.

VASCONCELOS, J. L. de (1917) – Palavras Prévias. *Alma Nova*, ano II, 20.